

Para a polícia, Brasília ainda é tranqüila

Diretor de Polícia Civil considera os índices de criminalidade toleráveis

Somos 1.270.932 brasilienses a comemorar 22 anos de idade neste 21 de abril de 1982. Mais do que o dobro previsto para ocupar a cidade quando ela foi inaugurada em 1960.

Esse número, fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do DF, revela um crescimento de apenas 6,32 por cento em relação à população existente ao final de 1980, quando somávamos 1.194.672. E mais, a metade desse total mora em Taguatinga e Ceilândia, onde apenas duas delegacias registraram o maior índice de criminalidade do Distrito Federal.

Do total das 19.510 ocorrências criminais registradas no DF durante todo o ano de 1981, 6.565 (cerca de um terço do total) foram nas delegacias das duas cidades. Contudo, o número maior de ocorrências 3.988 - foi registrado na 1ª Delegacia de Polícia, na Asa Sul, dos quais 3.196 se referem a furto, na maioria de automóveis, e, ainda assim, praticados por elementos que moram nas duas cidades-satélites, segundo a polícia.

Seriam esses números suficientes para caracterizar Brasília, nos seus 22 anos de aniversário, como uma cidade violenta? As autoridades policiais e judiciárias acham que não.

O Diretor da Polícia Civil, Idecy Telles de Macedo,

considera que, comparada a outras capitais brasileiras, proporcionalmente ao número de seus habitantes, "Brasília é uma cidade muito pacata, principalmente devido à eficiência da polícia e ao grau de harmonia do povo, que não é complicado".

Telles de Macedo acredita que as ocorrências criminais têm crescido em ritmo inferior ao crescimento da população. Dados da Secretaria de Segurança indicam que contra um crescimento de 6,32 por cento na população de 1980 para 1981, o crescimento de ocorrências criminais alcançou 15,32 por cento, passando de 16.918 em 80 para os 19.510 em 81.

Já para o comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, coronel do Exército Egêo Correa de Oliveira Freitas, "não se pode dizer ainda que o DF seja violento, mas também não apresenta índices alarmantes de criminalidade, nem de extrema periculosidade como outros centros".

De fato, para uma população 1.270.932 habitantes, 19.510 ocorrências criminais podem representar apenas 1,53 por cento de elementos criminosos. De outro lado, indica uma incidência de 54 registros criminais por dia no Distrito Federal.

Mas, enquanto alguns crimes têm sua prática am-



Este ano, o Senado Federal aprovou o aumento do efetivo da PMDF

pliada, outros revelaram tendência de queda no ano que passou. Foi o caso de atentados violentos ao pudor, que em 1980 foram registrados 12 e em 81 apenas 9; tentativas de homicídio, que em 80 foram registradas 55 e em 81 retraiu para 54; e crimes de estelionato, apesar de não diminuírem, tiveram um crescimento

bastante moderado: em 80 foram registrados 123 e em 81 subiu para 129, num crescimento de apenas 0,4 por cento.

Esse não foi o caso do número de homicídios, que aumentou de 164 para 184 de um ano para outro; lesões corporais, de 2.969 para 3.273; furtos, que cresce-

ram de 11.057 para 12.666; latrocínios (roubo com morte), que passou de 16 para 21; roubo (furto por meio de agressão), que subiu de 1.245 em 1980 para 1.603 em 1981; e estupro, que aumentou de 60 para 64 de um ano para outro.

O diretor da Polícia Civil, Idecy Telles de Macedo,

destaca, entretanto, que, diferentemente de muitas grandes cidades brasileiras, Brasília possui diversas semanas no ano em que nenhum homicídio é cometido.

E, como em qualquer outra cidade, também em Brasília numerosos são os atos de violência que não chegam a receber os cuidados da polícia, porque seu impacto é absorvido pelo cidadão, ou porque não interessa mesmo a quem sofre que a autoridade policial traga à luz o assunto, geralmente pelos prejuízos que podem causar sua divulgação. É o caso dos estupros, por exemplo, cuja ocorrência depende exclusivamente de quem o sofre para a sua apuração e punição.

A preocupação das autoridades policiais, seja em que nível for, com relação a esse tipo de delito é uma das maiores. Mas, como depende de requerimento por escrito feito por quem sofreu sua ação, por ser crime de ação privada, mesmo que o ato seja flagrado pela autoridade, nada pode ser feito sem esse instrumento legal.

Com isso, esse delito entra num círculo vicioso de difícil desmontagem: se a pessoa coagida requere a ação policial e sua apuração não é divulgada para servir de exemplo, a prática do crime permanece. Se a ação policial é solicitada e sua apuração é divulgada,

corre-se o risco de que a prática se difunda e ainda venha a significar uma outra forma de violência para quem sofreu o estupro: que é o pudor e a intimidade pessoal invadidos pela comunidade em que vive essa pessoa.

O Direto de Polícia Civil do DF, Telles de Macedo, chega mesmo a considerar que a divulgação "de determinados tipos de crime faz com que as pessoas saiam da cidade", assim como "induzem à difusão de novas práticas, acelerando-as".

O CRIMINOSO

Contudo, o aspecto social e econômico parece convergir entre as autoridades como responsável por grande parte das ocorrências criminais. Somente o fato de serem as delegacias de Ceilândia e de Taguatinga onde mais são registradas essas ocorrências ilustra essa certeza.

Também os tipos de delitos sugerem as intenções e necessidade de quem os comete. Fora o fato de que o maior volume de acidentes de trânsito é registrado na 1ª Delegacia da Asa Sul, pois é no Plano Piloto onde circula o maior volume de proprietários de automóveis, os crimes mais comuns são decorrentes das condições de necessidades de muitos "delinquentes".

- Temos regiões problema como Ceilândia Norte e Guariroba - diz Irajá Pimentel, juiz da Vara de Execuções Criminais -, porque ali vivem pessoas com menor índice de intelectualidade e poder econômico, condições que propiciam a própria ignorância da lei.

- A criminalidade no Distrito Federal é fruto de aspectos sócio-econômicos conhecidos - admite o coronel Egêo Freitas, acrescentando que "por ser uma região até há pouco tempo de grande atração de mão-de-obra desqualificada, sofreu o acréscimo de problemas sérios de sobrevivência".

O diretor da Polícia Civil, Telles de Macedo, acrescenta apenas que "onde há desocupado, sempre há problemas". Ele reconhece que é real o estado de necessidade sócio-econômica de muitos pais de família, mas garante que a maioria não está sujeita a este tipo de pressão para praticar delitos.

Os números também comprovam essas considerações: a maior ocorrência de criminalidade em 1980 foi furto em residências - 3.227 -, predominância mantida em 1981 com 3.793 ocorrências. Furto de veículo, prática cada vez mais comum em Brasília, geralmente praticada por "filhinhos de papai", que querem se distrair e bandos organizados, vem em segundo lugar na lista de ocorrências: 3.005 veículos em 1980 contra 3.364 em 1981.

Em seguida os furtos mais comuns que caracterizam de fato o criminoso como desocupado: furtos em veículos, 1.858 em 80, passando para 2.269 em 81; em via pública, 1.259 em 1980, contra 1.515 em 1981; em lojas comerciais, 849 em 1980, passando para 891 em 1981; em ônibus e em paradas de espera, 209 em 80, contra 251 em 1981.

Furto é também o crime de maior incidência na 1ª Delegacia de Polícia, na Asa Sul, com 3.196 registros, praticados em sua grande maioria por moradores de fora do Plano Piloto. A delegacia de Ceilândia registrou em 1981 duas mil ocorrências de furtos, 683 de lesão corporal, 591 roubos, 83 homicídios e 22 estupros, entre outros. Taguatinga registrou 524 casos de lesão corporal, 221 roubos e 17 estupros, entre outros crimes.

Os dois grandes ingredientes apontados pelas autoridades como responsáveis pelas práticas de crime são o álcool e os tóxicos.

- A maioria da população carcerária - diz o Juiz Irajá Pimentel - é formada por indivíduos que cometeram crimes ingerindo álcool ou tóxico. É também por isso que a grande maioria é de jovens com idade entre 18 e 23 anos, acrescenta.

Irajá Pimentel também destaca que "somente a população carcerária não serve como amostragem, porque a cocaína, por exemplo,

não aparece, já que seu uso é mais difundido fora das classes baixas".

O comandante da Polícia Militar do DF, coronel Egêo Freitas, também acha que álcool e tóxico são os principais responsáveis e destaca, que, "no DF, como ocorre em outras cidades de outros países, é maior o número de criminosos mais jovens, havendo, portanto, uma diminuição na idade média dos criminosos".

- Eu julgo que são também a perda de valores morais, éticos e religiosos - diz ele - e essa ânsia do ter, do possuir, dada a dificuldade do jovem em saciar os seus desejos e anseios materiais, fatores responsáveis no estímulo ao delito criminal.

Irajá Pimentel acrescenta que se o limite mínimo de idade para responder processo criminal fosse reduzido de 18 para 14 anos, no Brasil, seria necessário multiplicar o número de penitenciárias hoje existentes por 10 "e ainda seria pouco". Ele não acredita que a medida possa reduzir a criminalidade e a violência.

Outro elemento, que não o fatos sócio-econômico e o uso de álcool e drogas, é também apontado como indutor de práticas criminosas: a televisão.

Para o Juiz da Vara de Execuções Criminais, "um dos veículos desagregadores da sociedade atual é a TV". "Eu considero a televisão como o mal do século", pois, "ao invés de educar o povo, ela coloca dentro de casa as dissoluções conjugais, gravidez prematura sem revelar consequências e o uso, natural, de tóxicos".

Segundo Irajá Pimentel essa situação tende a piorar mais ainda com a disseminação do uso do videocassete, cujo conteúdo dos programas foge ao controle social. Por isso ele defende "uma legislação rigorosíssima para evitar abusos".

Por todos esses fatores conjugados, somado ao fato de que há dez anos a polícia militar de Brasília possui praticamente o mesmo efetivo, é que o Senado Federal aprovou este ano um aumento no efetivo da corporação de 1.782 policiais, o que será feito até 1984.

O novo quadro tem a preocupação de tornar cada vez mais profissional a função de policial-militar e, para isso, passa a permitir que o soldado venha a ter acesso ao quadro de oficiais, até primeiro tenente.

Também nos quadros da polícia civil está previsto um aumento de 700 novos agentes de polícia, sendo que para as primeiros 400 vagas já estão sendo selecionados candidatos. Sendo que, aí, alguns problemas já começam a ser notados pelas autoridades. O principal deles é que dos 1.200 candidatos inscritos, mais de 800 já foram desclassificados, número que deve se elevar ainda mais até o final das provas eliminatórias.

O diretor da Polícia Civil, Idecy Telles de Macedo, aponta como um dos fatores responsáveis pela fraca capacidade dos candidatos o fato de o concurso apenas contemplar os candidatos residentes no Distrito Federal.

Segundo ele, se o concurso fosse de âmbito nacional, ou regional, candidatos de outros Estados poderiam melhorar o nível do concurso que somente no psicotécnico eliminou 45 por cento dos interessados. Contudo, o fator que limita essa procura à Capital Federal é a restrição quanto aos custos orçamentários necessários para transferir candidatos de outras capitais em caso de aprovação.

A estrutura do concurso também está prejudicada, pois exige idade entre 19 e 25 anos para os candidatos que possuam o segundo grau completo. Como qualquer pessoa nessa idade com o segundo grau completo está cursando faculdade ou se preparando para fazê-lo, a necessidade de passar nove meses participando de provas eliminatórias para se classificar para o curso de agente policial passa a ser também um complicador no aumento dos efetivos policiais do DF.